



Senadores votam hoje 4 projetos que ampliam proteção à criança

Jefferson Rudy/Agência Senado



Marta Suplicy é relatora de dois dos projetos na pauta de hoje do Plenário

Propostas em pauta tratam do combate à pedofilia, dos direitos de vítimas e testemunhas de violência e dos processos judiciais envolvendo alienação parental

O Plenário vai votar hoje quatro projetos voltados para a proteção de crianças e adolescentes. Dois deles ganharam ontem urgência na tramitação.

Uma das propostas dá prioridade a processos familiares que envolvem acusação de alienação parental. A prática é comum em casos de divórcio, quando um dos pais tenta impedir a convivência do

filho com o ex-parceiro.

O segundo projeto prevê direitos para crianças que sofreram ou testemunharam violência. Entre as medidas, estão formas especiais para tomar o depoimento das vítimas.

A pedofilia é tema dos outros dois textos na pauta: um sobre investigação de crimes na internet e outro sobre perda de bens usados na exploração sexual de crianças. 4

Comissão Mista de Orçamento é instalada 8

Sabatina pode reconduzir diretor da Anvisa 5

Aprovada sessão temática sobre perda de ICMS 8

Texto determina separação de ruas ao lado de estradas 6

Colegiado convida 3 ministros para audiências 5

Comércio na Zona Franca pode ter tributo reduzido 8

Projeto de terceirização será discutido no Senado

Senadores pediram ontem a votação do projeto sobre terceirização em análise no Senado. Eles consideram esse texto menos prejudicial aos trabalhadores do que o aprovado pela Câmara dos Deputados. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o projeto seguirá o rito normal de tramitação. 3



Sindicalistas pedem a Eunício Oliveira a votação da proposta de terceirização

Jonas Pereira/Agência Senado

Fiscais e produtores garantem que carne é boa para consumo

De acordo com os participantes da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos realizada ontem, a carne brasileira é apropriada para consumo. A avaliação foi feita por fiscais agropecuários

e pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, Ricardo Santin. Ele criticou a forma como foi divulgada a Operação Carne Fraca, mas disse que associação apoia as investigações. 8



Presidente da comissão, Regina Sousa, e participantes da audiência

Pedro França/Agência Senado



Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho na Comissão de Assuntos Econômicos

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Dia Nacional do Perdão segue para sanção

O Senado aprovou ontem um projeto que institui o Dia Nacional do Perdão, a ser celebrado em 30 de agosto. A data lembra a morte de Ives Ota, assassinado por sequestradores aos 8 anos de idade. 2



Para Simone, relatora, texto promove perdão em um momento de divisões

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão vai avaliar política de conteúdo local e Simples Nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos definiu que avaliará em 2017 o Simples Nacional (regime especial de arrecadação para pequenas e microempresas) e a política de

conteúdo local, que busca incrementar a participação da indústria nacional em projetos desenvolvidos pelos setores de petróleo e gás, telecomunicações, defesa e transportes. 7

Fundo do Norte poderá abranger mais estados

Segue para a Câmara o projeto que inclui Mato Grosso e a parte ocidental do Maranhão entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), por abrigarem áreas de transição para a Amazônia Legal. 7

Janot entrega sugestões a texto sobre abuso

O procurador-geral da República apresentou ontem ao Senado propostas ao projeto sobre abuso de autoridade. Segundo Rodrigo Janot, a ideia é contribuir para que seja elaborada uma norma sem traço de corporativismo. 4

Projeto muda atribuições de duas comissões do Senado

Comissão de Meio Ambiente deve transferir competências de fiscalização e controle à Comissão de Transparência e Governança Pública. Proposta, que tem urgência, pode ser votada hoje pelo Plenário

SENADORES APROVARAM ONTEM urgência na tramitação de um projeto que redefine as atribuições e denominações das atuais Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Transparência e Governança Pública (CTG). A proposta, da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), estará na pauta de votações de hoje do Plenário.

Pelo Projeto de Resolução (PRS) 5/2017, as competências de fiscalização e de controle serão retiradas da CMA e acrescentadas à CTG. Com isso, a CMA passa a ser apenas Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, e a



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Texto de Kátia Abreu afeta comissões que ainda não foram instaladas em 2017

CTG transforma-se na Comissão de Fiscalização e Controle, Transparência e Governança Pública.

Os dois colegiados ainda

não foram instalados na Casa neste ano. A Comissão Senado do Futuro é outro colegiado permanente que aguarda instalação.

Fim do foro privilegiado tem 3ª sessão de discussão

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o foro privilegiado deu ontem mais um passo rumo à votação no Plenário, ao cumprir a terceira sessão de discussão em primeiro turno.

A PEC 10/2013 determina o fim do foro especial por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns.

Após cinco sessões de discussão, a PEC poderá ser votada em primeiro turno. São necessárias mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Caso seja aprovada nessas duas etapas, irá para a Câmara dos Deputados.

De Alvaro Dias (PV-PR), a proposta também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns.

Hoje eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal e só podem ser presos após condenação definitiva. Para Alvaro, o fim do foro privilegiado será um avanço histórico.

— O que pretendemos é uma nova Justiça, que só vai valer se eliminarmos os privilégios e tornarmos todos iguais perante a lei — afirmou o senador.

Regra única

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) anunciou que vai apresentar uma emenda à PEC, para buscar “um equilíbrio”, mantendo julgamento especial para os ocupantes de alguns cargos. Ele destacou que, segundo a PEC, um presidente da República poderia ser afastado por um juiz de primeira instância — o que seria, na sua visão, um exagero. Para o senador, é preciso responder ao anseio da

sociedade por transparência. Ele pondera, porém, que a emenda pode aprimorar a PEC.

Na opinião de Reguffe (sem partido-DF), o foro privilegiado só serve para manter a impunidade. Ele citou exemplos de vários países que não têm foro especial e disse que a aprovação da proposta mostraria a consonância do Senado com a sociedade. Cristovam Buarque (PPS-DF) também apoiou a proposta e afirmou que o foro privilegiado não se justifica.

Para o relator da PEC, Randalfe Rodrigues (Rede-AP), a PEC é importante por determinar que todos os processos seguirão uma única regra:

— A lei já determina a regra que vale. Só não vale para uma casta aristocrática de cerca de 37 mil pessoas, de vereadores a ministros do STF. Com a PEC, a regra vai valer para todos.

Semana pela Não Violência contra a Mulher já é lei

A última semana do mês de novembro será transformada na Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher. É o que estabelece a Lei 13.421/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer na segunda-feira e publicada

ontem no *Diário Oficial da União*. A lei, que já vale a partir deste ano, tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 55/2016, aprovado no dia 7 pelo Senado.

Durante a Semana, o setor público, em parceria com enti-

dades da sociedade civil, deve promover atividades como palestras e debates.

O projeto é do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE). Relatora do texto no Senado, Simone Tebet (PMDB-MS) ressaltou que “enfrentar a violência contra a mulher requer mudanças culturais profundas”.

Também foram publicadas ontem leis que inscrevem os nomes de duas mulheres no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. A Lei 13.422/2017 (PLC 69/2013) inclui Clara Camarão, que combateu os holandeses na Batalha dos Guararapes; e a Lei 13.423/2017 (PLC 122/2013) inclui Jovita Feitosa, voluntária do Exército na Guerra do Paraguai.

Regina Sousa faz balanço positivo sobre a aprovação de propostas de interesse das mulheres em março

Regina Sousa (PT-PI) fez ontem um balanço das ações do Congresso em favor das mulheres em março. A senadora destacou a aprovação de projetos como o que institui a Patrulha Maria da Penha, para aumentar a efetividade das medidas protetivas de urgência



Ano Volpato/Agência Senado

em casos de violência contra a mulher (PLS 547/2015).

Ela citou também a proibição do uso de algema em presas durante o parto (PLC 23/2017).

— Avançamos nas matérias de interesse das mulheres, mas precisamos continuar na luta.

Aprovado pelo Plenário, texto que cria o Dia Nacional do Perdão segue para sanção

O Senado aprovou ontem projeto que cria o Dia Nacional do Perdão, a ser celebrado anualmente em 30 de agosto. A proposta (PLC 31/2015), da Câmara dos Deputados, agora vai à sanção presidencial.

A autora, deputada Keiko Ota (PSB-SP), escolheu para a celebração a data da morte de seu filho, Ives Ota, sequestrado e brutalmente assassinado aos 8 anos de idade.

Apesar do luto, a hoje deputada e seu marido perdoaram os assassinos do filho. O objetivo do projeto, explica a autora, é propiciar uma

reflexão sobre o tema.

A relatora do texto no Senado foi Simone Tebet (PMDB-MS). Para a senadora, o projeto é importante e singular, por promover o perdão em um momento de “divisões e muros”. Simone disse que o texto é uma lição de vida, “como Jesus fez na cruz, ao pedir a Deus perdão para seus algozes”:

— Defender o Dia do Perdão soa como um processo de reconstrução da sociedade, em sua base mais elementar, quanto à solidariedade e à irmandade.

Movimentos que protestaram no domingo são cúmplices de Temer, afirma Humberto

Segundo Humberto Costa (PT-PE), movimentos que fizeram protestos no domingo perderam adesão ao se mostrarem cúmplices da administração do presidente Michel Temer.

Sem o apoio de partidos como o PSDB, o DEM e o PPS, responsáveis pelo impeach-



ment de Dilma Rousseff, os movimentos Brasil Livre e Vem Pra Rua revelaram-se “incompetentes para promover mo-

bilizações”, disse o senador. Humberto afirmou ainda que a população percebeu que foi usada para o favorecimento de interesses político-partidários.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT** Gilberto Kassab
8h30 Em audiência pública interativa, o ministro de Ciência e Tecnologia apresenta ações do governo na área.
- CDR** Vice-presidente
8h30 Após análise de projetos, a comissão elege vice-presidente e lança publicação sobre a avaliação da política pública para a aviação regional.
- CAS** Diretor da Anvisa
9h Análise da recondução de Fernando Mendes Neto para diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- CCJ** Abuso de autoridade
10h Projetos sobre a criação da Identidade Civil Nacional (PLC 19/2017) e sobre crimes de abuso de autoridade (PLS 280/2016) estão na pauta.
- CDH** Adoção
11h A comissão analisa, entre outros projetos, o que facilita o processo de adoção (PLS 531/2013) e o que propõe demandas de acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida (PLS 650/2011).

- CRA** Reforma agrária
14h Projeto sobre demarcação de lotes para reforma agrária (PLS 734/2015) é tema de audiência pública. Participam o Inkra e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).
- CAE** Operação Carne Fraca
14h Audiência avalia impacto da Carne Fraca na economia. A Associação das Indústrias Exportadoras de Carnes, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior e a Contag estão convidados.
- PLENÁRIO** Proteção à criança
14h Abre a pauta o PLC 21/2017, que garante direitos da criança e do adolescente vítima e testemunha de violência.
- MP 752/2016** Contratos de parceria
14h30 Análise de relatório da medida provisória, que trata da prorrogação e da relicitação dos contratos de parceria.
- MP 759/2016** Terras na Amazônia
14h30 Eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP, sobre regularização fundiária na Amazônia Legal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senado deve votar projeto sobre terceirização

Eunício Oliveira disse que projeto da terceirização terá rito normal no Senado. O texto é visto como um complemento ao aprovado pela Câmara

DIVERSOS SENADORES DEFENDERAM ontem no Plenário a votação do projeto que trata do trabalho terceirizado. Relator do PLC 30/2015, Paulo Paim (PT-RS) disse que o parecer está pronto.

Depois da aprovação de um requerimento, o presidente da Casa, Eunício Oliveira, informou que o projeto será enviado para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), podendo em seguida ser apreciado no Plenário.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto sobre terceirização,



Vários senadores pediram em Plenário que o projeto em tramitação na Casa seja apreciado o mais rápido possível

que espera sanção do presidente da República, Michel Temer. O projeto amplia as possibilidades de contratação de serviço terceirizado, que poderá ser feita para atividades-meio e atividades-fim. No texto do Senado, a possibilidade de terceirização fica restrita às atividades-meio, como limpeza ou segurança.

A proposta aprovada pela Câmara prevê a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação à terceirizada. Com isso, os bens da empresa contratante somente poderão ser penhorados pela Justiça se não houver mais bens da terceirizada para o pagamento da condenação relativa a direitos não pagos.

O texto que tramita no Senado estabelece a responsabilidade solidária: contratante e terceirizada respondem ao mesmo tempo com seus bens para o pagamento da causa trabalhista. A proposta relacionada por Paim é considerada mais moderada que aquela aprovada pelos deputados federais, considerada um

retrocesso por representantes dos trabalhadores.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que a Câmara “usurpou uma discussão que estava em curso no Senado”. Ele disse que o projeto aprovado pelos deputados é de 1998 e que até a Presidência da República pediu o arquivamento da proposta em 2003.

Os senadores Otto Alencar (PSD-BA), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Omar Aziz (PSD-AM), João Capiberibe (PSB-AP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também pediram que o projeto de terceirização ainda em tramitação no Senado seja debatido e votado com celeridade, por entenderem que a proposta é menos danosa aos trabalhadores que a aprovada pela Câmara.

Em evento da indústria, Eunício defende sanção e diz que serviço terceirizado é “parte do mundo atual”

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu a sanção do projeto de terceirização aprovado na Câmara. Ele discursou no lançamento da Agenda Legislativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

— Posso garantir que é humanamente possível fazermos a definição das atividades fim e meio. A

terceirização de serviços faz parte do mundo moderno no qual queremos inserir o Brasil — disse.

Para Eunício, a terceirização não tira direitos do trabalhador, mas “moderniza e dá velocidade às relações de trabalho”.

— A Consolidação das Leis de Trabalho [CLT] vale tanto para a relação direta, quanto para a

terceirizada — afirmou.

Para o presidente do Senado, o fortalecimento da relação com a Câmara viabilizou o avanço de matérias importantes.

— Queremos maximizar a eficiência do Estado. Precisamos ouvir, cada vez mais, entidades representativas das cadeias produtivas e ainda as entidades laborais.

Presidente do Senado garante a centrais sindicais que colocará proposta alternativa em pauta

Representantes de centrais sindicais pediram ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a votação do projeto sobre terceirização em análise na Casa. Os sindicalistas são contra o projeto aprovado pela Câmara.

Paulo Paim (PT-RS), relator no Senado do PLC 30/2015, que regulamenta o trabalho terceirizado,

participou da reunião.

— Queremos a aprovação do relatório do senador Paim, para que possamos atualizar todas as legislações com relação à prestação de serviços especializados — disse Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros.

O presidente do Senado garantiu que manterá

a tramitação normal do projeto e o colocará em votação. Eunício disse que já convalidou o relatório de Paim, apresentado inicialmente na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, e que manterá o senador gaúcho como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com líder do PSDB, texto que passou na Câmara atende necessidade de geração de empregos

O PSDB é favorável à sanção do projeto sobre terceirização aprovado pela Câmara, afirmou o líder do partido no Senado, Paulo Bauer (SC).

— O projeto da Câmara atende a necessidade de geração de mais empregos no Brasil e assegura os direitos para todos os trabalhadores no processo de contrato terceirizado.

Para Bauer, a terceirização também será tratada na discussão da reforma

trabalhista, que está sendo analisada na Câmara. Para ele, a legislação precisa ser aperfeiçoada para favorecer o desenvolvimento do país.

— O Brasil precisa modernizar as relações de trabalho, preservando os direitos dos trabalhadores, mas flexibilizando a relação do trabalhador com o empregador, para que tenhamos a viabilidade da operação industrial e comercial do país.

Bancada do PMDB na Casa pede a Temer que não sancione projeto aprovado pelos deputados

A bancada do PMDB no Senado divulgou nota manifestando posição contrária ao projeto da terceirização aprovado pela Câmara dos Deputados. Nove dos 22 parlamentares do partido, incluindo o líder Renan Calheiros (AL), assinam o documento, que também pede para que o presidente Michel Temer não sancione o texto. Segundo os senadores, a proposta revoga conquistas

trabalhistas e precariza as relações de trabalho no país.

Renan criticou a decisão da Câmara de resgatar um projeto antigo que havia sido aprovado pelo Senado há 16 anos, em vez de esperar a resolução da proposta mais moderna que está em discussão neste momento. Na avaliação dele, o presidente não deve dar seu aval a essa decisão, que terá “consequências negativas”.

Povo não quer projeto de terceirização aprovado pela Câmara, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que a sociedade brasileira não está de acordo com o projeto de terceirização aprovado pela Câmara dos Deputados. A proposta permite a terceirização de mão de obra em todas as áreas de atuação das empresas, inclusive as chamadas atividades-fim.

O senador salientou que o projeto também é prejudicial ao serviço público, pois abre a possibilidade de contratação de empregados terceirizados em atividades essenciais do Estado.

Michel Temer busca precarizar as relações de trabalho, acusa Ângela

Se depender do governo Temer, será imposta uma terceirização em todos os setores da economia, advertiu ontem Ângela Portela (PT-RR). Ela criticou o Planalto pelo anúncio de que sancionará o projeto aprovado na Câmara.

— A verdade é que a terceirização trará jornadas ampliadas, salários reduzidos, mais acidentes de trabalho, menos empregos.



Garibaldi: país deve tratar reforma previdenciária “sem radicalismos”

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem uma reforma abrangente da Previdência, mas que não tire direitos dos trabalhadores.

O senador cobrou um debate sem radicalismos sobre o déficit previdenciário, antes que o Brasil seja obrigado a cortar benefícios como fizeram Portugal e Grécia. Ele também manifestou preocupação com o desemprego.



Para José Pimentel, CPI mostrará real destino de recursos da Previdência

Ex-ministro da Previdência, José Pimentel (PT-CE) apresentou dados mostrando uma arrecadação anual superior aos gastos com a Seguridade Social até 2015. Segundo o senador, “a CPI da Previdência vai esclarecer para onde foi o dinheiro do INSS”.

Pimentel criticou o tratamento dado, na Reforma da Previdência, à aposentadoria dos professores e ao Benefício de Prestação Continuada.



Alterações propostas são descaso com a população brasileira, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que as mudanças que o governo quer fazer na Previdência e nas leis trabalhistas mostram descaso com trabalhadores e aposentados.

A senadora também criticou o projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra no país. Na avaliação dela, a proposta vai gerar insegurança nas relações entre patrões e empregados.

— Os dados mostram que os terceirizados têm uma permanência no trabalho bem inferior que os demais.

Projetos de proteção à criança ganham urgência

Senadores votam hoje 4 propostas, como a que prioriza processos de família em que há acusação de alienação parental e a que prevê medidas de amparo a vítimas de violência

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem requerimentos de urgência para dois projetos voltados para a proteção da infância, que deverão ser votados hoje pelos senadores. Outras duas propostas em pauta tratam da infância.

O PLS 19/2016 dá prioridade na tramitação de processos de família envolvendo acusação de alienação parental. Já o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência. Os dois textos estão incluídos na pauta de hoje.

O PLS 19, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), também passará a tramitar em conjunto com o PLC 90/2015, que trata de tema correlato: a alienação parental, que ocorre quando o pai ou a mãe instiga o rompimento de laços afetivos do filho com o outro genitor.

Caiado disse que a alienação parental costuma marcar a disputa pela guarda de filhos

menores na separação do casal, ocasião em que muitas mães ou pais tentam interferir no relacionamento da criança com o outro cônjuge.

A relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou o “elevado alcance social” do projeto e respaldou a aprovação. O único ajuste foi a remissão à Lei 12.318/2010, que prevê medidas para coibir e punir a prática, além de conceder assistência às vítimas da alienação parental.

Essa norma já determina que, constatado indício de ato de alienação parental, o juiz deverá baixar medidas protetivas de urgência para preservar a integridade psicológica do menor e garantir a reaproximação com o genitor afastado da convivência.

Violência

A segunda proposta, o PLC 21/2017, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), fixa mecanismos para prevenir a violência contra criança e adolescente e



Ronaldo Caiado, autor do projeto que prioriza processos de alienação parental

prevê medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos. O projeto garante que a vítima ou testemunha será resguardada de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado ou com outras pessoas que representem ameaça, coação ou constrangimento.

Pelo texto, haverá dois possíveis procedimentos para ouvir vítima ou testemunha de violência nessa faixa etária: a escuta especializada perante

órgão da rede de proteção e o depoimento especial, quando a criança ou o adolescente é ouvido perante a autoridade judicial ou policial.

No caso de criança menor de 7 anos e no caso de violência sexual em qualquer idade, o depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova e um novo depoimento somente poderá ocorrer se considerado imprescindível pela autoridade competente e com a concordância da

vítima ou da testemunha. O projeto também tem relatoria de Marta Suplicy.

Pedofilia

Constam ainda da pauta de hoje outros dois projetos que tratam diretamente dos casos de pedofilia. O PLS 100/2010 regulamenta a infiltração de agentes de polícia na internet para investigações.

De autoria da CPI sobre Pedofilia, que atuou no Senado até 2008, o projeto determina que a infiltração do agente dependerá de autorização judicial, será feita a pedido do Ministério Público ou de representação do delegado de polícia e não poderá passar de 90 dias, prorrogáveis por até 720 dias. A infiltração só poderá ocorrer se a prova não puder ser obtida por outros meios legais.

O outro projeto é o texto da Câmara ao PLS 38/2008, que estabelece a perda de bens e valores usados na prática de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Janot entrega sugestões a proposta sobre abuso de autoridade

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, propostas ao projeto que define crimes de abuso de autoridade. O PLS 280/2016, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), está na pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo Janot, a iniciativa permite discutir com mais

profundidade o texto, para que seja elaborada uma norma sem traço de corporativismo.

— Nós, do serviço público, que trabalhamos de forma responsável, não temos medo de uma lei de abuso de autoridade. Trouxemos uma proposta de discussão de uma lei moderna, e não corporativa.

Janot disse que aproveitou o encontro, que também teve a presença do presidente da

Câmara, Rodrigo Maia, para conversar sobre o projeto de iniciativa popular que trata das dez medidas anticorrupção (PL 4.850/2016), que está na Câmara.

— É chegada a hora de a matéria voltar a ser discutida para que possamos avançar.

A receptividade dos presidentes da Câmara e do Senado, disse, foi excelente e ambos afirmaram que as discussões devem ser mantidas abertas.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também esteve no gabinete da Presidência do Senado. Ele informou que pedirá vista do projeto sobre abuso de autoridade e que apresentará requerimentos para que a CCJ faça audiências públicas para debater o tema.

— Não considero aceitável votar sem que as partes interessadas sejam chamadas ao debate. Não precisa desse desespero todo — disse Randolfe.

Eunício Oliveira afirma que é preciso esperar decisão da CCJ sobre o texto

Questionado sobre a possibilidade de votação com urgência no Plenário do projeto que define os crimes de abuso de autoridade, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, observou que a proposta ainda está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo ele, só depois da aprovação pela CCJ será possível discutir o rito que será seguido no Plenário.

— É preciso ter neste momento muita calma. Eu não interfiro no trabalho das comissões. Essa matéria não chegou ao Plenário. Cabe exclusivamente à CCJ tomar as providências. Tomadas as providências, aí, sim, vem para o Plenário e a decisão

é da Presidência — afirmou.

O PLS 280/2016 está sob a relatoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) na CCJ.

A proposta estava na pauta da última sessão deliberativa do Plenário em 2016, mas, com a aprovação da retirada do regime de urgência de votação, o texto foi enviado à comissão.

O projeto abrange os crimes de abuso cometidos por agentes públicos, incluindo servidores públicos e pessoas a eles equiparadas, integrantes do Ministério Público e do Judiciário e Legislativo de todas as esferas da administração pública. Também prevê condenações, como a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.



Rodrigo Janot entrega a Eunício Oliveira propostas sobre abuso de autoridade

Avançam PECs sobre fundo de segurança e escolha para STF

Dois propostas de emenda à Constituição cumpriram ontem a terceira sessão de discussão em primeiro turno: a proposta que altera as regras para escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (PEC 35/2015) e a que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (PEC 24/2012)

A PEC 35, de Lasier Martins (PSD-RS), estabelece que o presidente da República terá de escolher o ministro do STF

a partir de lista tríplice, elaborada por um colegiado de sete membros. Segundo ele, a PEC pode ajudar a acabar com “anomalias” no STF.

— Hoje tem ministro que atua como ombudsman da política nacional. Essas anomalias não podem permanecer.

A PEC prevê ainda que a escolha presidencial ocorra no prazo de um mês a partir do surgimento da vaga. O indicado continuará a ser sa-

batinado pelo Senado. A PEC prevê mandato de dez anos para os ministros do Supremo e os torna inelegíveis para qualquer cargo eletivo pelo prazo de cinco anos após o mandato.

Reguffe (sem partido-DF) apoiou a PEC, lembrando que apresentou proposta para que a composição do STJ seja provida por concurso para mandato de cinco anos.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), o tema precisa ser discu-

tido. Ele aplaudiu a ideia de mandatos fixos para ministro do STF. Cristovam Buarque (PPS-DF) também elogiou a iniciativa de Lasier. E lamentou, porém, que uma proposta de sua autoria (PEC 44/2012), que também muda as regras para escolha de ministro do STF, ainda esteja na Comissão de Constituição e Justiça.

Já para Lídice da Mata (PSB-BA), o processo de escolha dos ministros do STF pelo presiden-

te da República é legítimo. Ela manifestou apoio à ideia de um mandato para ministros do STF.

Também cumpriu mais uma etapa de tramitação da PEC 24/2012, de João Capiberibe (PSB-AP), que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. A ideia é garantir um fundo contra a criminalidade. Após cumprir as cinco sessões de discussão, as PECs poderão ser votadas em primeiro turno.

Comissão quer suspender análise de proposta sobre eleição de reitores

Intenção é aguardar que outro projeto a respeito do assunto, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja avaliado

A COMISSÃO DE Educação (CE) vai requerer a suspensão da tramitação de um projeto que disciplina o modo de escolha dos reitores e vice-reitores das universidades federais e unidades isoladas de ensino superior.

O objetivo do pedido, apresentado à Mesa do Senado, é paralisar o andamento do PLS 379/2013 até a avaliação de outra proposta sobre o tema que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), um substitutivo da Câmara (SDC 1/2011) a projeto do ex-senador José Jorge (PLS 147/2004).

A sugestão partiu de Cristovam Buarque (PPS-DF), relator do PLS 379/2013, de autoria do ex-senador Delcídio Amaral. O pedido consta do relatório ao projeto, aprovado ontem pela CE. O senador acredita que nem o projeto de Delcídio nem o substitutivo da Câmara resolvem adequadamente o problema da escolha dos reitores, mas observa que, por enquanto, é



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Para Cristovam Buarque, modelo atual está baseado no corporativismo

preferível aguardar o avanço da discussão da matéria que está na CCJ ou mesmo buscar alternativa melhor.

Participação

Os dois textos tratam da gestão democrática nas instituições federais de ensino superior. No que se refere à escolha dos reitores, o projeto de Delcídio defende a eleição direta, com participação paritária de professores, servidores técnico-administrativos e

alunos. Depois, os eleitos são nomeados pelo presidente da República.

O substitutivo da Câmara inclui no PLS 147/2004 a previsão de eleição também direta para os dirigentes, mas sem estipular participação paritária entre os diversos segmentos da comunidade acadêmica, o que dependeria de regulamentação feita por cada instituição. O texto que saiu do Senado tratava apenas da composição dos órgãos

colegiados deliberativos, com participação dos segmentos acadêmicos.

Cristovam criticou duramente a evolução do processo de escolha dos reitores, no passado uma decisão exclusiva de governo, quase sem consulta à comunidade acadêmica.

O senador disse que o sistema de eleição direta foi um avanço democrático, mas ressaltou que o modelo caminha para a exaustão, principalmente em virtude de influências partidárias externas e do corporativismo.

— Hoje esse modelo está se esgotando no partidarismo e no corporativismo, que é outra forma de manifestação que nega o interesse maior da instituição e coloca a instituição a serviço dos professores, servidores e alunos.

Adiamentos

Devido à falta de quorum, a CE ficou impedida de votar os itens que tramitam em caráter terminativo — a maior parte dos 27 itens em pauta.

Além de três requerimentos e do relatório de Cristovam, foi aprovado apenas um projeto da Câmara que denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da BR-251 no perímetro urbano de Unai (MG).

Ministros são convidados para audiências

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o convite a três ministros para apresentar diretrizes de suas pastas, com o objetivo de orientar os trabalhos do colegiado. Serão chamados os ministros da Educação, Mendonça Filho, da Cultura, Roberto Freire, e do Esporte, Leonardo Picciani.

Os requerimentos são de Lúcia Vânia (PSB-GO), que preside a CE. A senadora adiantou que a audiência com Freire deve ocorrer na terça-feira. Picciani informou que poderá comparecer na semana seguinte. Mendonça Filho ainda será consultado.

Trabalho infantil

Outro requerimento aprovado confirmou a audiência, em 13 de junho, sobre o lançamento da Semana de Ação Mundial 2017, que servirá para a apresentação de balanço da luta contra o trabalho infantil no Brasil.

Haverá ainda o lançamento da iniciativa global contra o trabalho infantil denominada 100 Milhões por 100 Milhões, com Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz.

Adiada votação de programa de crédito subsidiado para santas casas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação de proposta que cria programa de crédito subsidiado para as santas casas e outras instituições filantrópicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O socorro está previsto em projeto de José Serra (PSDB-SP).

O senador propõe a criação do Programa Pró-Santas Casas, a fim de disponibilizar recursos para capital de giro e investimentos em estrutura de atendimento aos usuários do SUS. Segundo o PLS 755/2015, a União deverá subvencionar as operações, que poderão ser oferecidas por todas as instituições financeiras oficiais federais.

Assim como no crédito rural, a União deverá cobrir a diferença entre a taxa de juros subsidiada que as filantrópicas

pagarão e o custo do dinheiro para os bancos (equalização).

Favorável ao projeto, a relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), sugeriu emendas. Uma delas acaba com a exigência de apresentação de plano de reforma administrativa como condição para acesso ao programa de apoio, prevista no texto original. Essa alteração desagradou Cristovam Buarque (PPS-DF).

— Por um lado, há a modernização dos sistemas pela informática e, por outro, a austeridade na qual este país e o mundo vão ter que cair nas próximas décadas. Vamos ter um tempo de austeridade e inovação, e essas duas coisas fazem mudar os modelos gerenciais — disse o senador.

Lúcia Vânia respondeu que cada santa casa tem uma realidade e que a exigência de um plano uniforme engessaria a



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Proposta de Serra pretende aumentar investimento e melhorar atendimento

solução. Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que, na próxima reunião deliberativa da CAE, a liderança do governo anunciará voto favorável à matéria.

Contraprestação

Entretanto, Eduardo Braga (PMDB-AM) pediu vista do projeto, alegando que se trata

de concessão de recurso público, de forma subsidiada, e que “é preciso calibrar muito bem a gestão, a contraprestação de serviço, para que o cidadão brasileiro possa ser de verdade atendido com qualidade e de forma universal, como é o princípio do Sistema Único de Saúde”.

João Alberto celebra 57 anos da Rede Sarah de Hospitais

João Alberto Souza (PMDB-MA) homenageou ontem a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, que completa 57 anos em 2017.

De acordo com o senador, uma pesquisa de 2015 mostrou que 98,2% dos pacientes avaliaram o atendimento como ótimo ou bom.

— É possível aliar excelência com atuação extensa, tanto no atendimento quanto na pesquisa e na educação. Hoje a rede tem unidades em sete capitais, além das duas de Brasília, todas elas oferecendo o mesmo atendimento de excelência.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Colegiado sabatina hoje indicado para novo mandato de diretor da Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sabatina hoje, às 9h, Fernando Mendes Garcia Neto, indicado para novo mandato de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O relatório, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), foi lido na quarta-feira passada. Após a sabatina, haverá votação secreta.

A pauta da CAS ainda tem nove requerimentos. Um de-

les, da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), presidente do colegiado, solicita um ciclo de audiências a respeito da proposta de reforma trabalhista do governo, atualmente em discussão na Câmara.

Outro requerimento, apresentado por Gleisi Hoffmann (PT-PR), pede a convocação do ministro da Justiça, Osmar Serraglio, para falar a respeito de sua participação nos eventos que resultaram

na Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que investiga fraudes e corrupção no setor frigorífico.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Projeto obriga separação de ruas às margens de rodovias

Proposta busca reduzir número de acidentes de trânsito e de atropelamentos em acessos a BRs. Texto original foi alterado e será votado mais uma vez

PROJETO QUE TORNA obrigatória a separação das vias locais urbanas das rodovias federais foi aprovado ontem, na Comissão de Infraestrutura (CI). O PLS 702/2015, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado na forma de um substitutivo e prevê a construção de vias de trânsito rápido paralelamente às vias locais de tráfego urbano para diminuir acidentes de trânsito e atropelamentos. O projeto será votado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Segundo o autor, nos países desenvolvidos, o trânsito local é segregado das vias de trân-

sito rápido por meio de vias paralelas ou túneis e viadutos. O relator, Lasier Martins (PSDRS), reconheceu o mérito da proposta, mas afirmou que, na maioria dos casos, as rodovias foram implantadas antes das vias locais, que se instalaram em conflito com as vias de trânsito rápido por falha no planejamento municipal.

— Muitos polos geradores de trânsito foram fomentados, construídos ou financiados pelas administrações municipais, estaduais e federais, sem a devida preocupação com a mobilidade e a segurança nas vias — afirmou o relator.

Lasier propôs um substitutivo para impor diretrizes aos estados e municípios, além da União, para que futuros loteamentos não ocupem indevidamente as margens das rodovias do Sistema Nacional

de Viação (SNV).

Para Flexa, o projeto vai proteger vidas.

— Hoje estão passando [na BR-163, no Pará] quase 5 mil carretas diárias e [isso] não foi projetado pelo Dnit, pelo Ministério do Transporte, as vias laterais, nas zonas urbanas — afirmou.

Flexa se disse preocupado com a emenda de Lasier segundo a qual a separação das vias deve priorizar os contornos, anéis, arcos viários, rodovias perimetrais ou variantes, sempre que for técnica e economicamente viável.

— Economicamente não será nunca num estado como o Pará, numa via como a BR 163 — afirmou Flexa, que pediu a retirada do termo “economicamente viável”.

Lasier acatou a sugestão de Flexa, retirando a expressão.

Comissão busca fim de cobrança indevida de esgoto

Projeto que torna obrigatória a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário gerou debate na Comissão de Infraestrutura (CI) ontem. Os senadores pediram vista coletiva da proposta (PLS 291/2013).

A Lei do Saneamento Básico, que pode ser alterada pelo projeto, permite a cobrança de forma separada ou conjunta.

Segundo o autor da proposta, o ex-senador Cyro Miranda, isso permite que concessionárias cobrem por um serviço nem sempre prestado. Pelo projeto, a cobrança deve ser separada e, no caso do serviço de esgotamento sanitário, apenas se o serviço for prestado.

O presidente da CI, Eduardo Braga (PMDB-AM), citou o caso de Manaus, onde a privatização do saneamento básico, disse, não deu resultados positivos. O problema, afirmou, está na falta de infraestrutura de saneamento e na fiscalização.

Para Wilder Moraes (PP-GO), o caso de Manaus deve servir para corrigir outras parcerias. Roberto Muniz (PP-BA) des-



Senadores da Comissão de Infraestrutura pediram vista coletiva da proposta

tacou que 95% dos serviços de água e esgoto do país são feitos pelo poder público, não pelo setor privado.

Pedro Chaves (PSC-MS) disse que em Mato Grosso do Sul o problema é semelhante ao de Manaus e há cobranças de esgoto em casas que não têm saneamento básico. Para ele, é preciso definir a relação entre a cobrança de água e esgoto, que tem gerado muita reclamação.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a discussão de mudanças no sistema atual. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propôs audiência pública.

O texto também prevê multa ao proprietário de lote que se recuse a conectar sua edificação à rede de esgotamento.

O relator é favorável à proposta na forma de um substitutivo no qual torna obrigatório aos proprietários de lotes o pagamento da disponibilidade do serviço, independentemente da conexão das edificações às redes de infraestrutura existentes. Segundo Flexa, a implantação de redes de infraestrutura tem um investimento que precisa ser amortizado.

Se aprovado na CI, o projeto deve seguir para Câmara.

Indicado para diretoria da ANTT será sabatinado na terça-feira

A Comissão de Infraestrutura (CI) sabatinará na terça-feira Marcelo Vinaud Prado, indicado para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ontem o relator da indicação, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), leu o relatório sobre a indicação de Prado.

Gurgacz observa que Prado é servidor efetivo de carreira no cargo de especialista em regulação de serviços de transportes terrestres desde 2005 na ANTT. Já exerceu cargos de assessor técnico da diretoria-geral, de gerente de fiscalização, de superintendente de serviços de transportes rodoviários. Em 2015 foi empossado diretor da agência.

— Segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém ou manteve nos últimos 12 meses vínculos com empresas exploradoras de atividades reguladas pela ANTT, como exige a lei — afirmou o senador.

A comissão também aprovou ontem um requerimento de Elmano Férrer (PTB-PI) para instruir o PLS 37/2011, que obriga as distribuidoras de energia elétrica a substituir redes aéreas de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.

BR-364

Também foi aprovado requerimento de Acir Gurgacz para uma diligência da Comissão de Infraestrutura em Porto Velho a fim de debater o processo de concessão e duplicação da BR-364, trecho Comodoro-Porto Velho.

A diligência está marcada para o dia 28 de abril, às 14h, e contará com a presença de representantes do Ministério dos Transportes, da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Empresa de Planejamento e Logística, da ANTT e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Cancelada audiência sobre MP que autoriza repasse a Fundo Penitenciário

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 755/2016, que altera a lei de transferência de recursos financeiros para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), cancelou a audiência pública que faria ontem. Ainda não há nova data para o debate.

A MP modifica a Lei Complementar 79/1994 e define novas áreas de aplicação dos recursos do Funpen, como

manutenção dos serviços e realização de investimentos penitenciários, aquisição de material permanente, equipamentos especializados e elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social dos presos.

A comissão é presidida pelo deputado Moses Rodrigues (PMDB-CE) e tem o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) como relator.

(Com Agência Câmara)

Adiada reunião sobre mudança de limites de parque nacional no Pará

Por falta de quorum, foi adiada para a terça-feira a reunião da comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a MP 758/2016, que altera limites do Parque

Nacional do Jamaxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, no Pará. A comissão mista é presidida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão inclui Maranhão e Mato Grosso em financiamento do Norte

Projeto que amplia abrangência de fundo constitucional foi aprovado ontem e deve seguir para a Câmara dos Deputados

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a inclusão de Mato Grosso e de parte do Maranhão entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Autor da proposta (PLS 51/2016), Roberto Rocha (PSB-MA) argumenta que Mato Grosso abriga uma área de transição entre o Cerrado e a Amazônia, e a parte ocidental do Maranhão fica entre o Nordeste semiárido e o Norte úmido. “São regiões de transição e requerem políticas mais condizentes com as condições da Amazônia Legal”, justifica.

Como foi aprovado em decisão terminativa, o PLS 51/2016 será remetido diretamente à



Roberto Rocha, autor da proposta, Tasso Jereissati, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Wellington, relator

Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Mato Grosso e parte do Maranhão já estão na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Se o projeto virar lei, dois diferentes fundos regionais passarão a atuar simultaneamente nessas

localidades. Hoje, para Mato Grosso, já estão disponíveis os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), e para o Maranhão, o do Nordeste (FNE).

O relator, Wellington Fagundes (PR-MT), lembrou que o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste também teve sua

área estendida com a inclusão do Espírito Santo e do Norte de Minas Gerais.

Os fundos regionais de desenvolvimento recebem parcelas de recursos tributários da União para a implantação de políticas de desenvolvimento e de redução das desigualdades.

Ana Amélia defende recuperação da indústria no país

Ana Amélia (PP-RS) informou ter participado ontem do lançamento da agenda legislativa de 2017 da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Elaborado a partir de debates com as federações estaduais e associações ligadas ao setor industrial, o documento contém propostas para o ambiente de negócios no país, com destaque para as reformas política e tributária.

— A indústria é responsável por 21% do PIB brasileiro e cerca de 20% dos empregos no país — afirmou.

A senadora também ouviu de representantes da Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul e região (RS) relatos da reunião que dirigentes da entidade tiveram com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, com sugestões para incrementar a economia local.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Colegiado avalia neste ano Simples Nacional e política de conteúdo local

O Simples Nacional, regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidas pelas pequenas e microempresas, será o tema avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2017.

A escolha de um assunto para avaliação a cada ano é prevista no Regimento

Interno do Senado. O tema deste ano atendeu a requerimento de José Pimentel (PT-CE).

Segundo o senador, o Simples Nacional deverá ser analisado quanto a seus impactos na geração de emprego, na redução de informalidade na atividade econômica, no aumento

da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais e no incentivo ao empreendedorismo e à inovação.

Por requerimento de Lindbergh Farias (PT-RJ), também aprovado pela comissão, foi incluído na avaliação um segundo tema: a política de conteúdo local nos setores de petróleo e gás

natural, telecomunicações, defesa e transportes.

A exigência de conteúdo local é um dispositivo contratual com o objetivo de incrementar a participação da indústria nacional de bens e serviços nos projetos desenvolvidos por esses setores.

Ferraço propõe amplo diagnóstico sobre a funcionalidade do sistema tributário

A funcionalidade do Sistema Tributário Nacional deve ser analisada com um amplo diagnóstico na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), segundo proposta de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Coordenador do grupo de trabalho sobre o tema, o senador disse que essa avaliação deverá levar em conta a complexidade e a qualidade da legislação vigente, os custos de conformidade à normatização tributária, a qualidade dos tributos, a carga tributária como um todo, o equilíbrio federativo, as renúncias fiscais, a harmonização normativa, a redução das desigualdades regionais e a compatibilidade com a legislação de outros países ou blocos econômicos com os quais o Brasil tenha acordo.

Para esse diagnóstico, Ferraço sugeriu a realização de audiências públicas.



Senador quer analisar gargalos dos tributos para a economia

— Não se trata de uma proposta de reforma tributária. Nós estaremos, de maneira preliminar, fazendo um mergulho aprofundado e preciso acerca de todos os gargalos e problemas que esse sistema impõe à economia brasileira.

Lei Kandir

Ferraço acolheu sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) de priorizar, nos estudos do grupo de trabalho, a regulamentação dos repasse de recursos da União para os estados e o Distrito Federal em decorrên-

cia da desoneração das exportações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os senadores lembraram que o Supremo Tribunal Federal (STF), em 30 de novembro do ano passado, fixou prazo de 12 meses para que o Congresso edite lei complementar regulamentando essas transferências. Ferraço observou que há projeto com esse objetivo, de Wellington Fagundes (PR-MT), com relatório favorável de Flexa.

De acordo com a decisão, se ainda não houver lei regulando a matéria quando esgotado o prazo, caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fixar regras de repasse e calcular as cotas de cada um dos interessados.

O grupo de trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional foi criado por sugestão de Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da CAE.

Armando Monteiro apresenta agenda de debates sobre reformas microeconômicas

Reduzir os custos dos financiamentos e simplificar as normas tributárias, trabalhistas e de comércio exterior são prioridades anunciadas por Armando Monteiro (PTB-PE), ao apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, o plano de ação do grupo de trabalho encarregado das reformas microeconômicas.

Armando, que coordena o grupo, pretende realizar três audiências públicas. A primeira terá como objetivo fazer um diagnóstico sobre o processo de estagnação da produtividade no Brasil.

A segunda audiência, segundo o senador, tratará especificamente do tema dos spreads (diferença entre as taxas de captação e de empréstimo dos bancos) e deverá ter a participação de representantes do Banco Central, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da União



Grupo liderado por Armando vai fazer três audiências

Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O terceiro debate tratará da contribuição do setor produtivo e do governo para a agenda de reforma microeconômica. Entre outros, representantes dos Ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Confederação Nacional da Indústria apresentarão suas propostas.

Outro objetivo do gru-

po de trabalho, segundo o senador, será indicar as propostas compatíveis com a “agenda da produtividade” que devem ter prioridade para votação na CAE e no Senado.

Custo zero

A previsão de Armando é que o grupo de trabalho se reúna terça-feira. O segundo encontro será realizado também em abril e o terceiro, em maio. O senador observou que todas as propostas têm “um elemento comum”, que é o custo fiscal zero.

— Portanto, são absolutamente adequadas ao momento que vivemos, marcado por um processo de enorme constrangimento fiscal.

A criação do grupo de trabalho sobre reformas microeconômicas foi sugerida por Tasso Jereissati (PSDB-CE), ao assumir a presidência da CAE.

Pedro Franco/Agência Senado



Paulo Paim (C) conduz audiência sobre a operação da Polícia Federal que apontou problemas na carne produzida no país

Consumo de carne é seguro, garantem debatedores

Representante da indústria de proteína animal e fiscais agropecuários defenderam ontem a qualidade da carne brasileira. Segundo eles, os casos investigados pela Polícia Federal são exceção

PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA pública sobre a Operação Carne Fraca criticaram a atuação da Polícia Federal no caso e defenderam a qualidade do produto brasileiro. Realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a audiência contou com representantes do setor privado, do governo e dos trabalhadores.

Vice-presidente do Conselho Mundial de Agricultura, órgão ligado à ONU, e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin disse que a associação apoia as investigações e que os investigados devem ser punidos. Ele garantiu que os corruptos são minoria no setor e que a carne brasileira é apropriada para o consumo.

Santin classificou a carne brasileira como “patrimônio nacional” e destacou a importância da indústria para a economia do país. Segundo ele, nos últimos 40 anos, somente a exportação de carne de ave trouxe para a economia do país cerca de US\$ 94 bilhões. A carne suína foi responsável por US\$ 19 bilhões. Santin ressaltou que toda a cadeia da indústria de carne emprega hoje, no Brasil, cerca de 4 milhões de pessoas.

— Quem fez algo errado, seja quem for, tem que pagar. O modo com a Polícia Federal divulgou a operação é que não foi bom, com efeitos deletérios para o país. Mas a Polícia Federal e os fiscais federais agropecuários fazem um trabalho importante e também precisam ser preservados.

Da Associação Nacional de Fiscais Federais Agropecuários, Alexander Dornelles defendeu a qualidade da carne que é oferecida ao consumidor. Ele alertou, no entanto, para o déficit de cerca de 500 fiscais, o que estaria impossibilitando o aumento

da fiscalização.

Outro representante da categoria, João Bosco, também garantiu que os produtos de origem animal são referendados por mais de 100 órgãos de inspeção internacionais, sendo o país na verdade “uma referência” na matéria.

— Acompanhamos toda a cadeia produtiva, do nascimento ao abate. Tanto faz se o produto é para exportação ou para o mercado interno, o rigor é o mesmo — garantiu Bosco, para quem os casos de corrupção desbaratados pela polícia são “vergonhosas exceções à regra”, que merecem uma “punição enérgica” a ser estendida aos produtores envolvidos.

Espetáculo

Para o deputado estadual Dirceu Dresch (PT-SC), a Polícia Federal, ao utilizar como estratégia a “espetacularização e midiaticização” de suas operações, tem prejudicado setores inteiros da economia nacional. Na avaliação dele, esse tipo de conduta tem marcado a atuação da PF desde a Operação Lava Jato.

O próprio presidente do Sindicato dos Policiais Federais no DF (Sindipol), Flávio Werneck, também acredita que a “falta de tato” por parte da equipe ligada à Carne Fraca, no que se refere à divulgação da operação, afetou toda a cadeia produtiva do setor e tem trazido até o momento fortes prejuízos no consumo interno do produto. A “espetacularização” das ações da PF também foi lamentada pela senadora Regina Sousa (PT-PI).

O presidente da Central Única dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (CUT-RS), Claudir Nespolo, também considerou “estranha” a forma como a Polícia Federal tem agido na divulgação de suas operações.

— Em qualquer lugar do mundo se pune quem cometeu as irregularidades e se preserva a indústria. Foi assim recentemente com a Siemens, na Alemanha — disse Nespolo, temendo que os setores dos biocombustíveis e da energia elétrica sejam os próximos alvos da Polícia Federal.

Terceirização

A possibilidade de que a produção da carne seja tomada por processos de terceirização da mão de obra, a partir da recente aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto que libera a prática, também foi criticada por participantes da audiência pública.

O policial Flávio Werneck acredita que a própria capacidade operacional da Polícia Federal no combate à corrupção será “fortemente abalada” caso tenha algumas de suas atividades terceirizadas.

Também Siderlei Oliveira, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Antoninho Rovaris, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), acreditam que casos de corrupção e falta de qualidade relacionados à produção agropecuária se tornarão bem mais graves a partir da generalização da terceirização.

Oliveira encaminhou ao representante do Ministério da Agricultura, Coaraci Castilho, documentos que comprovariam a destinação de produtos maquiados às escolas por parte de frigoríficos do Paraná e de São Paulo. Ao final da reunião, Castilho informou que o ministro Blairo Maggi já havia destacado equipes para investigar as denúncias do sindicalista. O dirigente da CUT disse ainda crer que o rigor da fiscalização em relação aos produtos exportados não seria o mesmo dos destinados ao mercado interno.

Rose de Freitas pode presidir a Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi instalada ontem. A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) deverá ser indicada para a presidência, segundo o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Caso seu nome seja confirmado, ela voltará ao cargo que ocupou em 2015.

O deputado Arthur Lira

(PP-AL) conduziu a sessão de instalação. Ele presidiu o colegiado em 2016 e seu mandato se encerrou ontem.

O Regimento Comum do Congresso Nacional determina que a Câmara dos Deputados e o Senado se revezem no comando da CMO, em mandatos que têm duração de um ano.

Relatora planeja tributo menor sobre comércio da Zona Franca

Em reunião ontem da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 757/2016, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que buscará uma solução jurídica para reduzir o impacto da norma sobre os comerciantes da Zona Franca de Manaus.

— Estamos vendo qual o melhor caminho jurídico. A ideia não é ampliar a base de arrecadação da indústria, é baixar a do comércio.

Ela respondeu a representantes de federações do comércio de estados da Região Norte. Eles criticaram, em audiência pública, a MP que criou e regulamenta as taxas de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF) e de Serviços (TS) para custear

a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A TS e a TCIF foram criadas em substituição à Taxa de Serviços Administrativos (TSA), declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016, por não ter descrição detalhada da hipótese de incidência tributária. Vanessa afirmou que a redução da base tributária para comerciantes não diminuirá a arrecadação.

— É melhor ter um valor menor de cobrança, mas com a base de pagamento maior — afirmou a senadora.

Segundo ela, a taxa anterior tinha baixa arrecadação porque empresas deixavam de pagar com liminares na Justiça.

(Da Agência Câmara)



Vanessa Grazziotin e a presidente da comissão, deputada Maria Helena

Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice da Mata condena medidas que “atentam contra os trabalhadores”

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou o que chamou de “agenda nociva” do governo, com medidas que “atentam contra os interesses da sociedade e dos trabalhadores”. Ela se referiu à reforma da Previdência, em análise na Câmara



Ana Volp/Agência Senado

dos Deputados, e à aprovação do projeto que regulamenta a terceirização da mão de obra. Lídice lembrou que, ao começar na política, os interesses da população sempre estavam acima de qualquer outro nos debates.

Senado terá sessão temática sobre ICMS

O Plenário aprovou ontem um requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) para a realização de uma sessão temática sobre mudanças na legislação que compensa estados e

municípios pela perda de receita decorrente da desoneração do ICMS. Serão convidados, entre outros, o ministro do STF Gilmar Mendes e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.